



VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade [ST 8]

DESENVOLVIMENTO E PERCEÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE AS POPULAÇÕES PESQUEIRAS LITORÂNEAS NO ESPÍRITO SANTO/BRASIL.

TRIGUEIRO, Aline

Doutora em Sociologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro-Brasil

aline.trigueiro@uol.com.br

KNOX, Winifred

Doutora em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Brasil

winknox@hotmail.com

Resumo

O objetivo do presente trabalho é analisar os impactos socioambientais resultantes dos processos de desenvolvimento localizados na região litorânea do estado do Espírito Santo (ES) - região sudeste do Brasil. Principalmente interessa entender tais impactos sobre os modos de vida e de trabalho das populações pesqueiras artesanais que aí se encontram.

Abstract

The main goal of this work is to analyze the social and environmental impacts resulting from development processes which take place in the coastal region of the Espírito Santo (ES) state - southeastern region of Brazil. It mainly intends to understand those impacts over the way of life and the labor of the artisanal fisheries communities present in the locality.

Palavras-chave: desenvolvimento; impactos socioambientais; pesca; Espírito Santo; Brasil.

Keywords: development; environmental impacts; fishing; Espírito Santo; Brazil.

[PAP0447]

I - Introdução

O presente *paper* toma como ponto de partida uma observação atenta do mapa da expansão do desenvolvimento econômico no Espírito Santo, estado da região sudeste do Brasil. Por intermédio dessa observação, intenta problematizar os impactos produzidos pela matriz produtiva que ganhou destaque a partir da segunda metade do século passado, sendo esta baseada na substituição da matriz agro-exportadora pela implantação dos grandes projetos de infraestrutura, dentre os quais merecem destaque: o complexo siderúrgico; o complexo naval; o complexo paraquímico e o complexo portuário (SIQUEIRA, 2010).

Ao se aproximar esse mapa do desenvolvimento ao mapa de localização das comunidades pesqueiras artesanais litorâneas é possível observar uma sobreposição. Esse fato chama a atenção para os modos como esse processo de expansão econômica vem ocorrendo no estado, principalmente nessa faixa costeira, produzindo impactos socioambientais e percepções sociais sobre os seus riscos. Será este, portanto, o foco de análise desse artigo, o qual se desdobrará privilegiando uma análise do problema a partir da noção de risco e dos impactos socioambientais vivenciados pelas populações pesqueiras artesanais.

Vale ressaltar, enfim, que o presente texto expõe os trabalhos de pesquisa e de extensão universitária realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo-ES (GEPPEDS), sob a coordenação das autoras deste artigo, o qual congrega em suas pesquisas alunos de graduação e pós-graduação. Por intermédio de oficinas mobilizadoras junto às comunidades pesqueiras artesanais, o grupo tem buscado analisar a percepção dos impactos socioambientais sofridos por estas populações e as formas de mobilização das mesmas, ou seja, as respostas coletivas dadas aos processos de desenvolvimento instalados em suas localidades.

II – Modernidade e risco

No contexto da modernidade tardia *risco e mudança social* aproximam-se por força de uma afinidade eletiva. Na base dessa relação encontra-se a ideia de um futuro aberto e contingente, cujos esforços regulares para o seu conhecimento e domínio – seja por intermédio da ciência, da técnica, ou dos encaminhamentos de uma modernização clássica – tornam-se cada vez mais inócuos e incapazes de produzir um sentido de certeza ou de segurança.

É por esta feita que Giddens (2005) dá destaque para o risco enquanto uma categoria especialmente moderna, produzida no bojo constitutivo da própria sociedade industrial-capitalista. Segundo este autor, “*o risco é a dinâmica estimuladora de uma sociedade empenhada na mudança, apostada em determinar o seu próprio futuro, em vez de depender da religião, da tradição ou dos próprios caprichos da natureza*” (Idem, p. 34). Disso resulta que as fontes dessa modernidade exigem dos indivíduos e grupos uma abertura para lidar com esse novo elemento da mistura, a incerteza, produzindo nesse esteio uma condição de reflexividade social.

Todavia, não se trata apenas de um momento de maior reflexão, pelo menos sob a ótica de Beck (1997), mas de uma *auto-confrontação das bases da modernização com as consequências dessa própria modernização*, ou antes, de uma modernização reflexiva. Nessa etapa não é a crise o seu algoz, mas o seu próprio sucesso que permite emergir uma sociedade de risco (Idem). Trata-se esta de um tipo de organização social cujos processos de mudança social são colocados sob foco, assim como o próprio papel da ciência e do avanço técnico - tradicionais motores da modernização clássica.

Não se trata, contudo, de uma etapa da modernização capaz de gerar um maior domínio e consciência com relação aos seus rumos, mas, ao contrário, da percepção de que esse domínio se torna cada vez mais impossível. Essa *modernização da modernização* expõe a insegurança de toda uma sociedade e também a sua dinamização (BECK, 1997). É nessa conjuntura que se aproximam a ciência e a política, complexificando os modos de produção da noção de risco. A pergunta que emerge é: quem é capaz de definir os riscos? Não é possível haver especialistas em riscos, já que não se pode definir, com precisão, a causalidade dos mesmos. Essa sociedade de risco revela-se um tipo de sociedade ambivalente, o que faz gerar difusos processos sociais em torno da definição do que seria o risco. Isso abre espaço para os embates

acerca de suas formas de produção e, por conta disso, dessa aproximação entre a ciência e a política, conforme já destacamos acima.

É a esse grau de indeterminação do risco que Luhmann (2008) também faz referência. Contudo, o teórico alemão o coloca sob um enfoque particular, distinto de Giddens (2005) e mesmo de Beck (2007). Em *Risk a Sociological Theory*, o futuro é pensando como risco, contudo por se ter ampliado o grau de diferenciação social e de comunicação do sistema social (um sistema autopoiético na leitura do autor em tela), ampliou-se do mesmo modo as fontes de escolhas e de conhecimento instaurado. Para Luhmann (2008), não seria mais possível qualquer definição do risco fora de seu aspecto contextual e textual, isto é, comunicacional. Desse modo, as próprias *tentativas de eliminação do risco mantêm o risco enquanto risco* (Idem, p. 30).

Assim, a modernidade se torna problemática para si mesma e injeta no seu próprio deslanchar não somente diálogos, mas formas de resistências entre os grupos afetados e os seus oponentes (BECK, 1997). Essa modernidade que emergiu também trouxe à baila processos culturais variados que ganharam corpo nesse mundo aberto ao risco e à contingência. Essa orquestração particular produz diversificados programas culturais e padrões institucionais de modernidade (EISENSTADT, 2007). Por conta disso, a modernidade não pode mais ser vista como uma via de mão única, cujo modelo clássico: a diferenciação estrutural e produção de arenas institucionais autônomas, assim como a industrialização e a urbanização, conduziria à uma convergência as sociedades submetidas a esse processo (Idem).

Desse modo, a inserção da cultura no seio da teoria social não apenas altera o modo de se entender a mudança social no contexto da modernidade tardia, injetando abertura e imprevisibilidade aos processos interativos e comunicacionais, mas também nos estimula a entender as novas formas de agrupamentos sociais que emergem nesse contexto, ou como já disse um autor, as subjetividades coletivas (DOMINGUES, 2002). Ou seja, os processos criativos que conformam a memória social e o imaginário social na contemporaneidade.

Chamar pela cultura, ou ainda, compreender que existe um projeto cultural da modernidade, para além de suas dimensões estruturais (EISENSTADT, 2007), significa ter de inserir o simbólico como elemento também ordenador desse universo já narrado. Com isso, começar a entender os aspectos conflituosos e os confrontos que daí surgem como formas também de diálogo e reinterpretação desse quadro cultural da modernidade.

III – A noção de risco: realistas e construtivistas, evitando dicotomias

Nas últimas décadas do século XX emergiu no campo da Sociologia Ambiental um debate profícuo, porém nada consensual, acerca da relação entre fontes poluidoras e suas formas sociais de entendimento (suas percepções sociais). Embalados pela emergência da *noção de risco* enquanto uma categoria central para pensar a modernidade tardia (BECK, 2006; 2008), tais estudos problematizavam as abordagens e interpretações de cunho *realistas* e também *construtivistas* na definição do *risco*.

A perspectiva realista, sustentada por uma leitura tecnicista do risco (baseada na *expertise* científica, nos cálculos e suas prospecções), avançava pouco na explicação de como certos grupos, embora convivendo com fontes poluidoras, nem sempre conseguiam reconhecer a proximidade do risco e os impactos causados à saúde e ao ambiente. Ficavam excluídos dessas análises, portanto, os aspectos antropológicos e os processos cognitivos dessa relação entre risco e percepção social, ou ainda, uma compreensão mais aprofundada de como as pessoas produzem entendimentos sobre o mundo.

No campo da Sociologia Ambiental, Hannigan (1995) é um dos destaques na consideração dos aspectos culturais como base importante nos processos de formulação dos riscos ambientais. Amparado pelas leituras de Douglas e Wildavsky (1983), dentre outros estudiosos do risco, o autor canadense destaca que “a percepção pública do risco e dos seus níveis de aceitação são ‘simulações coletivas’” (HANNIGAN, 1995, p. 125). Isto é, possuem a marca da coletividade, não podendo ser entendidos fora dos acontecimentos sociais. Segundo essa perspectiva construtivista, cada cultura possuiria modos próprios de identificação e definição daquilo que reconhece enquanto risco, assim como formas específicas de conferir significados aos

acontecimentos vivenciados, revelando, portanto, que as percepções não se constituem em espaços vazios de valor.

Em estudo realizado sobre a “Participação e Controle Público da Poluição Industrial”, Leite Lopes (2004) também vai expor os meandros dessa relação dinâmica entre percepção do risco e fontes poluidoras. O autor e seus colaboradores dão destaques para os processos de *desnaturalização* e *descoberta* da poluição pelos grupos estudados. Ou seja, procuram evidenciar os modos culturais que transformam algo naturalizado em um problema social a ser enfrentado, propondo, para tanto, a análise de três dimensões: o *estranhamento*; a *nomeação da poluição* e a *construção de uma questão social* (LEITE LOPES, 2004, p. 227). Estes não se tratam de momentos estanques nem progressivos, mas de bússolas analíticas que colaboram no entendimento de como os riscos tornam-se questões problematizáveis socialmente.

Nessa dinâmica do reconhecimento das fontes de risco a noção de polissemia ganha corpo. Não haveria, portanto, uma forma de definição dos riscos que fosse absolutamente correta. Todas as definições de risco seriam, portanto, parciais, ou seja, relativas ao seu contexto social de elaboração. Nesse sentido, não haveria apenas uma forma de qualificação e entendimento dos mesmos – a partir do modelo tecnicista e científico – mas vários modos de entendimento que, se não compreendidos em seus contextos culturais e locais de elaboração, poderiam nublir o entendimento de como certos grupos se relacionam com certas fontes de risco.

Essa breve discussão a respeito da noção de risco e da polissemia inerente ao seu entendimento abre margem para a pergunta: como é possível que certos riscos sejam considerados relevantes, enquanto outros são ignorados? Quando apenas o modelo tecnicista prevalece como fonte de interpretação, tem-se comumente poucas respostas para o porquê do baixo envolvimento e confiança dos *portadores do risco* (população alvo de fontes poluidoras) com relação os riscos identificados *ex ante*. Por outro lado, se deixados a sua própria percepção, certos grupos, em grande parte vulneráveis socialmente, podem vir a se tornar vítimas de suas próprias condições (ACSELRAD, 2006). Ou seja, embora sejam até capazes de identificar as fontes poluidoras e os riscos em seus contextos sociais, não se veem habilitados, ou com capital político e social suficientes, para se opor aos mesmos. Ou ainda, acabam se submetendo a tais fontes por não vislumbrarem alternativas melhores nesse processo (o chamado imperativo da necessidade).

Todo esse debate acerca das fontes de risco e suas formas de reconhecimento e de mobilização sociais servem de base analítica para pensar, a partir dos grupos pesqueiros, as suas percepções acerca das condições socioambientais que estão vivenciando. Para tanto, buscaremos não descuidar da dimensão realista na produção do entendimento sobre os riscos. Não obstante, vamos privilegiar também as versões culturais desse entendimento, por entendermos que nesse campo da cultura são gestados e dinamizados não apenas modos de interpretação sobre o mundo, mas formas de resistência e de mobilização social.

Na sequência, apresentaremos um breve panorama do desenvolvimento econômico no ES, dando ênfase para os projetos voltados para área litorânea, posteriormente analisaremos as condições da pesca no ES.

IV- O Espírito Santo: grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos

A partir da segunda metade do século XX, o estado do Espírito Santo passou a atrair para o seu território grandes plantas industriais, dando início a sua política modernizadora em substituição de uma economia primário-exportadora baseada na produção de café. Durante esse processo de modernização ganharam projeção os ramos: siderúrgico; de celulose; de logística (portos) e mais atualmente de energia (petróleo e gás), cujos processos produtivos são tanto social quanto ambientalmente impactantes.

Tais atividades têm ganhado desde então cada vez mais estofamento na política de desenvolvimento local, produzindo não apenas as riquezas comprovadas pelas cifras dos indicadores econômicos, tais como o PIB, mas também sérias consequências e impactos à vida de diferentes grupos sociais que residem nas imediações ou proximidades de tais empreendimentos. A fórmula tem sido a de um desenvolvimento externo ao local e pouco comprometido com tais populações.

Dados estatísticos confirmam o destaque da economia espírito-santense frente aos números da região sudeste e mesmo do Brasil, conforme os gráficos abaixo.

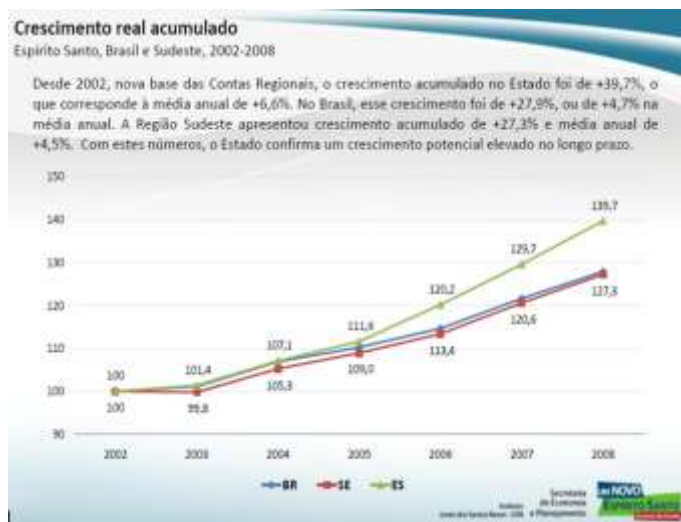


Gráfico 1 – Crescimento real acumulado do ES. Fonte IJSN.

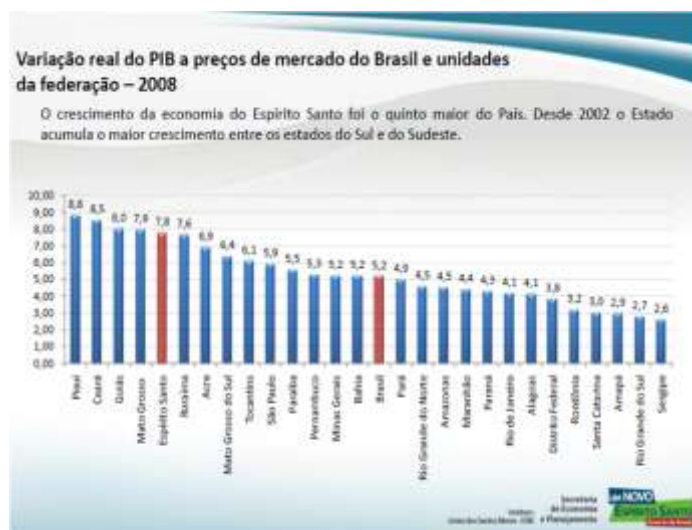


Gráfico 2 – Variação do PIB do ES. Fonte IJSN.

Embora os dados revelem em números o sucesso dessa política econômica, não apontam, entretanto, os seus efeitos indiretos, ou seja, o descompasso entre esse modelo e o desenvolvimento social e seus impactos ambientais. Não revelam ainda os processos sociais, os embates e as formas de mobilização que se opõem a essa marcha em direção ao progresso.

Seria razoável, ao observar todo esse contexto e conjuntura favoráveis ao desenvolvimentismo no ES, ver nesse processo o exemplo de um movimento modernizador nos moldes clássicos dessa teoria, com sua ênfase na industrialização, na urbanização e na supressão de modos de vida e culturas compreendidos pelos agentes desse processo como inadequados ou arcaicos. Entretanto, intentamos nos distanciar desse modelo explicativo para tentar compreender os diversos caminhos pelos quais essa *modernidade globalizada* e as mudanças sociais que ela promove ganham expressão local, trazendo para a análise os próprios grupos impactados (EISENSTADT, 2007). Trata-se de entender como tais mudanças são vividas e compreendidas

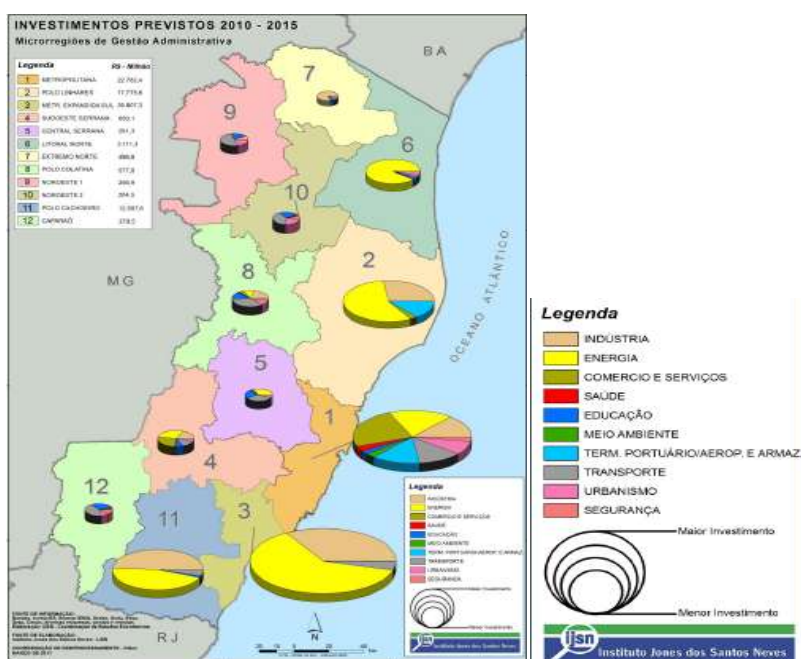
pelos grupos pesqueiros artesanais, os sujeitos privilegiados de nossa pesquisa, ou seja, observar seus processos reflexivos e suas ações em meio a esse processo.

Para compreender essa dinâmica faz-se útil o uso da noção de *campo*, entendida aqui enquanto campo de forças (BOURDIEU, 1998), pois que os projetos de desenvolvimento econômico e suas interfaces sociais e ambientais envolvem distintos agentes portadores de vivências e interesses acerca dos empreendimentos em foco. A noção de campo auxilia na compreensão de processos geradores de conflitos distributivos (ALIER, 2007) e de seus condicionantes não só materiais, mas também simbólicos. Desse modo, o desenvolvimento pode ser mais bem compreendido quando interpretado enquanto *campo do desenvolvimento* (LINS RIBEIRO, 2008).

Para Lins Ribeiro (2008), o campo do desenvolvimento é um campo composto por atores que representam vários segmentos da população local, alvo de um grande projeto: “*elites locais; líderes de movimentos sociais; empresários privados; funcionários e políticos; pessoal de corporações nacionais, internacionais, transnacionais, etc.*” (Idem, p. 110). Ele é também um campo de poder, onde são disputadas as regras de definição acerca do que é desenvolvimento e de como este deve ser conduzido.

Esse campo está usualmente organizado por redes e tem no consórcio o modo privilegiado de sua estruturação. Esse formato ao mesmo tempo em que permite uma maior flexibilidade na articulação dos interesses dos agentes que o compõem, permite também uma ampla invisibilização dos riscos produzidos. A esse fenômeno da produção de riscos e a sua imediata impossibilidade de atribuição de responsabilidades aos agentes produtores, BECK (1995 apud LENZI, 2006) nomina de *irresponsabilidade organizada*. Os riscos e impactos produzidos por essa cadeia de empresas tornam-se tão difusos que não se consegue mais descobrir as origens de suas causas, isso gera um processo contraditório no qual os impactos são gerados mas ninguém pode ser, de fato, culpabilizado. O dilema torna-se, então: a quem responsabilizar?

No Espírito Santo, conforme já discutido alhures, o campo do desenvolvimento tem ganhado forma a partir dos grandes projetos de impactos instalados na faixa litorânea do estado, prevalecendo dentre estes: a siderurgia, a extração de petróleo e a atividade portuária. Um mapa dos investimentos previstos para o período 2010-2015 para o estado indica quais são os eixos produtivos mais importantes dentro desse campo.



Mapa 1 – Investimentos previstos 2010-2015. Fonte: IJSN

O relatório “Investimentos Anunciados para o ES 2010-2015” do IJSN destaca que: “Para o período 2010-2015 foram classificados 1.129 projetos, dos quais parte está em execução e parte ainda encontra-se em fase de oportunidade. [O]s 30 maiores equivalem a um montante de R\$ 76,8 bilhões e representam 78% do total” (IJSN, 2011, p. 16).

Destacam-se entre os 6 maiores, no quadro abaixo:

Ordem	Projeto	Setores	Descrição	Município
1ª	VAGZ - Companhia Vale do Rio Doce	Indústria	Instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com capacidade de produção 3 milhões de toneladas de alumínio por ano.	Anchieta
2ª	Petrobras - Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos	Energia	Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos.	Vila Velha, Vitória, Serra, Penedas, Anchieta, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Anchieta, Piuma, Hapensim, Maratão e Presidente Kennedy
3ª	Petrobras - Exploração do Bloco UTA - Campos Petrolíferos e Petroquímicos	Indústria	Instalação de um complexo petroquímico com 3 linhas de produção, com capacidade de um milhão de toneladas.	Presidente Kennedy
4ª	Petrobras - Desenvolvimento dos campos de Bacia Ázul, Bacia Franca, Cachalote e subarbo.	Energia	Desenvolvimento dos campos de Bacia Ázul, Bacia Franca, Cachalote e subarbo. Com a construção e instalação de uma UTP de tipo FPSO (P-305) com capacidade de tratamento de 180.000 tpd de óleo e 6 milhões m³ de gás.	Anchieta, Piuma, Hapensim, Maratão e Presidente Kennedy
5ª	Petrobras - Desenvolvimento da Produção do Campo de Anchieta - Área 2 - P-307	Energia	Perfuração, reperfuração e intervenção submarina de 23 produtores e 7 injetores, com a construção e instalação de uma unidade submersível de produção do tipo FPSO (P-307).	Anchieta, Piuma, Hapensim, Maratão e Presidente Kennedy
6ª	Diversas Empresas - Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piuma, Hapensim, Maratão e Presidente Kennedy

Quadro 1 - Investimentos Anunciados para o ES 2010-2015. Fonte: IJSN.

Em outro documento intitulado ES 2025, publicado em 2006, pode ser encontrado um panorama dos investimentos voltados para o crescimento econômico no estado. Com base no modelo do planejamento estratégico e por intermédio de uma análise prospectiva que avalia as potencialidades do presente para se alcançar o futuro desejado, são apresentados, nesse documento, os caminhos para o sucesso da economia espírito-santense, ou seja, o modo como ela deve crescer:

Assim, até 2025 as commodities devem permanecer como os principais componentes da pauta de exportação capixaba, reforçando outro traço marcante da economia estadual que tende a crescer nas próximas duas décadas: a importância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico. (...) o estado não deve perder sua característica de importante pólo de exportação e importação, considerando-se a logística já implantada, a localização geográfica estratégica, os conhecimentos adquiridos e o capital humano formado (ES 2025, 2006, p. 41, grifos do documento).

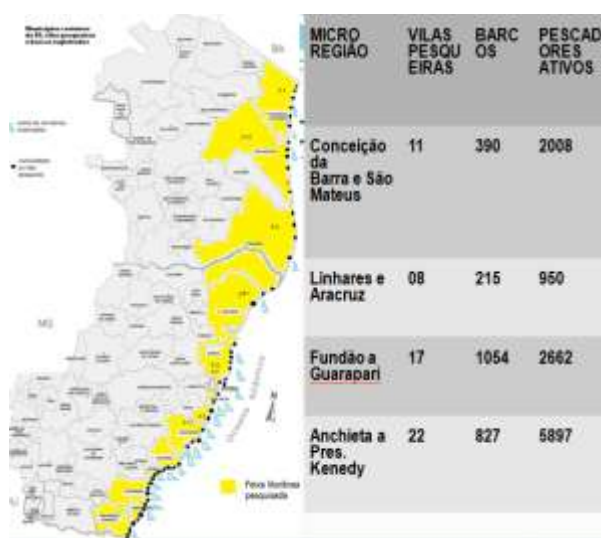
Esse documento é, portanto, a síntese do plano de desenvolvimento para o estado. Importante ressaltar que nele são encontradas poucas referências aos impactos socioambientais que seriam gerados por essa expansão da produção de *commodities*. Diz-se apenas que: “À medida que aumentam os riscos de acidentes com o crescimento da exploração, **a consciência ambiental na sociedade deve crescer e ampliar as pressões sobre o setor público** em relação à regulação, fiscalização e concessão de licenciamento ambiental” (Idem, p.48, grifos do documento). Ou seja, não se trata de pensar um tipo de desenvolvimento mais prudente e justo com relação ao ambiente e às pessoas desde agora, mas de esperar que as mesmas, no futuro, *sensibilizadas* pelos impactos produzidos por estas grandes indústrias, se mobilizem para definir as formas de compensação e mitigação aos impactos socioambientais produzidos. Nota-se uma ausência de questionamento acerca dos rumos desse tipo de padrão produtivo, não sendo sequer colocadas em tela formas alternativas a esse modelo, que sejam menos impactantes.

Diante desse quadro, vejamos agora como se encontram as populações pesqueiras frente a esse panorama apresentado.

V- As populações litorâneas pesqueiras no Espírito Santo

O Espírito Santo possui uma linha de costa de 521km de extensão aproximadamente. Esse litoral é constituído de 14 (quatorze) municípios e 58 (cinquenta e oito) comunidades e distritos de pescadores (FREITAS NETO, DI BENEDITTO, 2007). Possui 36 portos de pesca ao longo de 12 Zonas Pesqueiras. Segundo dados do Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo (2005), o setor da pesca marinha contribuiu em 2005 com 18.000 toneladas de pescados capturados em águas marinhas, e possuía uma frota de 2.486 barcos motorizados, com um contingente de 11.517 pescadores ativos.

Um cruzamento do mapa do desenvolvimento do ES (Mapa 1) com o mapa das localidades das zonas pesqueiras no estado revela o quanto essas populações são e serão alvos dos impactos produzidos por estes grandes projetos.



Mapa do ES: adaptação por Winifred Knox.

Nessa área litorânea do ES já são encontrados atualmente vários problemas que incidem diretamente sobre a atividade pesqueira, como a ausência de atracadores, que faz do desembarque do pescado uma atividade perigosa em várias regiões; a falta de barracões para guardar os barcos e os apetrechos da pesca; a pesca predatória que vem sendo realizada pelos grandes barcos industriais (as traineiras) e que impacta o estoque pesqueiro; a poluição dos estuários e mangues; as restrições da legislação ambiental à pesca e as dificuldades de regularização da atividade (licenças de pesca); e os impactos causados pelas atividades industriais e de exploração.

Nesse último aspecto, o foco deste artigo, vale ressaltar o caso de Regência Augusta, uma vila pesqueira localizada no município de Linhares-ES, onde uma grande empresa do setor petrolífero está realizando pesquisas sísmicas marítimas cujo objetivo é a descoberta de novas reservas de petróleo e gás para exploração. Tais pesquisas têm impactado significativamente a atividade pesqueira e produzido uma zona de exclusão da pesca na região (BICALHO, 2012).

Daremos relevo, agora, a algumas falas de pescadores e pescadoras que foram colhidas nas oficinas realizadas durante os trabalhos de campo do GEPPEDS (Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES) no primeiro semestre de 2012 na cidade de Vitória. Privilegiamos os depoimentos dos moradores e pescadores da Ilha das Caieiras, uma localidade pesqueira artesanal cercada por um belo manguezal urbano, em Vitória-ES.

Nessas oficinas, pescadores e pescadoras são chamadas a falar e refletir sobre os problemas que estão enfrentando com relação à atividade pesqueira.

Pescador(a)	Depoimentos
Pescador – Ilha das Caieiras Vitória-ES	Sobre a poluição dos manguezais e a diminuição do pescado: “Toda a [poluição] que você possa imaginar, garrafa pet, sofás, lixo caseiro, fogão... tem parte dos manguezais aí que a gente entra e acha (...) parece um mar de garrafa pet.
Pescadores – Ilha das Caieiras Vitória-ES	Sobre os impactos do Porto de Tubarão na atividade pesqueira: “ – E aquilo que eu passei lá, em Praia Mole, Tubarão, por aquelas pedras até lá fora [falando da ampliação do Porto de Tubarão] peixe grande não passa mais, xaréu, boto não passa mais... tem 30 anos que eu não passa boto mais, passava 30 a 40. Nunca mais passou peixe grande aqui na Ilha.” (Pescador A) “ – É um cerco, o Porto de Tubarão é aqui, a entrada é lá por Camburi, Camburi é afunilado... Porto de Tubarão, tráfego de navio, não tem como... não passa não [referindo-se ao peixe que antes era abundante na localidade da Ilha]. (Pescador B) “ – O Porto ali era a entrada do peixe, o peixe que ia entrar, entendeu? O trânsito do navio, embarcação direto, o peixe não vai chegar nem ali, quanto mais passar por aqui. Qual a hora que vai parar o Porto para o peixe passar?” (Pescador B).

Esses trechos das falas dos pescadores são representativos do modo como os mesmos estão vivenciando e produzindo explicações para os problemas dos quais estão sendo alvos: em destaque a poluição do mangue e a atividade portuária.

A noção de risco que estes pescadores nos revelam está atrelada à percepção dos impactos sofridos nos seus modos de vida, ou seja, às ameaças a sua própria reprodução social no tempo e no espaço. Isso envolve não apenas a prática pesqueira em si, mas tudo que a ela está atrelado, a sua organização familiar, o seu imaginário simbólico, a sua memória social, o conhecimento ecológico acumulado durante gerações, etc.

Em suma, o trabalho de pesquisa ainda em curso tem revelado as agruras e as formas de resistências desses grupos aos processos modernizadores em expansão na cidade de Vitória, revelando, a partir desse exemplo, os modos de constituição do campo do desenvolvimento no estado do Espírito Santo.

Concluimos esse artigo com as estrofes de uma canção composta pelo Sr. Haroldo, um dos pescadores mais antigos da Ilha das Caieiras, agora já aposentado. No auge dos mais de 80 anos de idade ele declama:

*“Eu vou levando a minha vida em pleno balanço do mar.
As minhas ilusões perdidas, preciso recuperar.
Eu vou levando a minha vida em pleno balanço do mar.
Ainda bem que me resta, meu sonho de pescador,
meu sonho de pescador...”*

Referências bibliográficas

- Acselrad, H. (2006). *Vulnerabilidade ambiental, processos e relações*. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, IBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006.
- Alier, J. M. (2007). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. São Paulo: Contexto.
- Beck, U. (1997). A invenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A., Beck, U, Lash, S. (Orgs.). *Modernização Reflexiva*. São Paulo, UNESP.
- _____. (2006). *La sociedad del riesgo – Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica.
- _____. (2008). *La sociedad del riesgo mundial – Em busca de La seguridad perdida*. Barcelona/Buenos Aires/México: Ed. Paidós.
- Bicalho, C. S. (2012). *Além da superfície: um estudo sobre os impactos do desenvolvimento na pesca artesanal de Regência Augusta – ES*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Vitória, 2012.
- Bourdieu, P. (1998). *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Domingues, J. M. (2002). A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. *Dados*, vol.45, no.3, p.459-482.
- Douglas, M. e Wildavsky, A. (1983). *Risk and Culture*. USA: University of California Press.
- Eisenstadt, S. N. (2007). *Múltiplas modernidades*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Freitas Neto, R., Di Benedetto, A. P. M. (2007) Diversidade da pesca artesanal marinha no espírito Santo. *Revista Biotemas*, 20(2), junho.
- Giddens, A. (2005). *O mundo na era da globalização*. Lisboa, Ed. Presença.
- Hannigan, John A. (1995). *Sociologia Ambiental – A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Investimentos anunciados para o Espírito Santo 2010-2015 (2011). Vitória, ES.
- Lopes, J. S. Leite (Coord.) (2004). *A ambientalização dos conflitos sociais – Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lenzi, C. L (2006). *Sociologia Ambiental*. São Paulo: EDUSC.
- Lins Ribeiro, G. (2008). Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. *Revista Novos Estudos*, no. 80, Março.
- Luhmann, N. (2008). *Risk – A Sociological Theory*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.
- Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo, 2005.
- Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025 (2006). Cenários exploratórios para o Espírito Santo no horizonte 2006-2025. Espírito Santo: Macroplan, v. 5.
- Siqueira, M. P. S. (2010). *Industrialização e empobrecimento urbano – o caso da grande Vitória, 1950-1980*. Vitória, Ed. Grafitusa.